

RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA: UMA BREVE ANÁLISE HISTÓRICA E SOCIOLÓGICA

FAMILY AND SCHOOL RELATIONSHIP: A BRIEF HISTORICAL AND SOCIOLOGICAL ANALYSIS

Jairo Barduni Filho¹

Laura Rocha Lopes²

RESUMO

Este estudo, que é fruto de um trabalho de conclusão de curso (TCC), tem como objetivo fazer uma breve análise dos encontros e desencontros entre duas instituições sociais, a instituição escolar e a família e como, histórica e socialmente, foram sendo construídos papéis e representações sobre os sujeitos de cada instituição, em especial, o professor e o aluno como representantes desses encontros e desencontros. A metodologia utilizada foi uma revisão bibliográfica sobre o conceito de família e escola. Não foi a intenção propor soluções a partir dessa revisão, mas, sim, suscitar questionamentos que foram sendo construídos ao longo das leituras.

Palavras-chaves: Relação, Família Escola, Desenvolvimento.

ABSTRACT

This study, which is the result of a course conclusion work (TCC), aims to make a brief analysis of the meetings and disagreements between two social institutions, the school institution and the family and how, historically and socially, roles were built and representations about the subjects of each institution, especially the teacher and the student as representatives of these meetings and disagreements. The methodology used was a bibliographical review about the concept of family and school. It was not the intention to propose solutions from this revision, but, rather, to raise questions that were being constructed throughout the readings.

Keywords: Relationship, Family, School, Development.

¹ Doutor em Educação Universidade Federal de Juiz de Fora. Atualmente é professor da Universidade Estadual de Minas Gerais. E-mail: jairobardunifilho@gmail.com

² Graduada em Pedagogia Universidade Estadual de Minas Gerais. E-mail: gentil.laura@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

O ser humano, durante toda a vida, é influenciado pelo meio em que vive. Dessa forma, fatores sociais, econômicos, políticos e culturais contribuem diretamente no desenvolvimento do sujeito. Entende-se que também a aprendizagem ocorre a partir das influências de muitos fatores, escolares e não escolares, entre eles, ambientais, familiares, psicológicos, estruturais, de raça, de classe, dentre outros. Acreditando que o contato entre família e escola favorece um melhor desenvolvimento do educando, o presente artigo busca responder a seguinte pergunta: *Quais os fatores que, histórica e sociologicamente, estão imbricados na relação família-escola e, quais desdobramentos socioculturais são produzidos?*

O bom desempenho escolar da criança requer que a família esteja engajada no processo ensino-aprendizagem, favorecendo o desenvolvimento do educando, visto que é quase impossível separar aluno/filho. Nesse sentido, quanto maior for o fortalecimento dessa relação família e escola, melhor será o desempenho escolar dos filhos/alunos. Os benefícios dessa relação resultarão em princípios que facilitam a aprendizagem e a formação integral da criança. Segundo Parolim (2003, p.99):

[...] tanto a família quanto a escola desejam a mesma coisa: preparar as crianças para o mundo; no entanto, a família tem suas particularidades que a diferenciam da escola, e suas necessidades que a aproximam dessa mesma instituição. A escola tem sua metodologia e filosofia para educar uma criança, no entanto ela necessita da família para concretizar o seu projeto educativo.

Assim, o objetivo deste artigo, fruto de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é analisar teoricamente os encontros e os desencontros entre a instituição escolar e a família, seus aspectos sociológicos, históricos, políticos, culturais e cotidianos. Inicialmente, como será explicitado na metodologia, o caminho investigativo para entendimento deste tema será realizado através de uma revisão bibliográfica.

2 PALAVRAS INICIAIS SOBRE O CONCEITO DE FAMÍLIA

O conceito de família na sociedade é muito diversificado. Sua concepção foi sendo construída historicamente de acordo com a sociedade e com o contexto social e histórico de

cada época. Dessa forma, a vida doméstica assume formas específicas, deixando claro que a família não é instituição natural, mas, sim, socialmente construída. Fazendo parte de um processo histórico, a família vai se construindo e modificando de acordo com as transformações da sociedade, podendo, dessa maneira, possuir diversas construções em seu desenvolvimento, que ocorre paralelamente às mudanças históricas existentes.

A evolução do conceito da forma de organização da família medieval para a organização da família do século XVII e para o conceito de família moderna foi limitada, durante muito tempo, aos nobres, burgueses, artesãos e lavradores ricos, assim como o direito à escola e à privacidade.

Na idade média, as famílias se distinguiam muito da moderna, em especial pela forma de se relacionar com suas crianças. Os filhos eram mantidos em casa aproximadamente até os 9 anos. A partir daí, seus pais os entregavam a outras famílias para realizar trabalhos domésticos, ou até mesmo tarefas pesadas, na condição de aprendizes. Esse aprendizado era difundido por todos, independente da classe e da condição social da família. De acordo com Ariès (2006, p.157):

As pessoas não conservavam as próprias crianças em casa: enviavam-nas a outras famílias, com ou sem contrato, para que elas morassem e comessem suas vidas, ou, nesse novo ambiente, aprendessem as maneiras de um cavaleiro ou um ofício, ou mesmo para que frequentassem uma escola e aprendessem as letras latinas.

Nessa época, a família era uma realidade moral e social. Em famílias menos abastardas, o objetivo era o da reprodução para o trabalho, para a subsistência. Já nas famílias de classe alta, o sentimento era voltado para o reconhecimento e para a conservação da própria família, pela abundância de bens materiais e honra ao nome. Somente a partir do século XV, surge uma mudança na organização familiar, em decorrência da apropriação da educação pela escola. Para que as crianças frequentassem a escola, elas precisavam afastar-se de sua família. Esse afastamento, porém, era bem diferente do que ocorria quando elas iam viver como aprendizes em outras famílias, vez que não possuía o mesmo caráter nem a mesma duração. A configuração que houve na família, no fim do século XVII, foi uma consequência dessa volta da criança para seu lar, quando ela, assumindo lugar central no meio

familiar, torna-se fundamental na vida cotidiana dos adultos, que começou a se preocupar com a educação, a carreira e o futuro de seus filhos.

Ainda no início do século XIX, havia uma grande parcela da população plebeia, que possuía um número maior de integrantes e que ainda vivia como as famílias medievais. Com a emergência e predominância do capital e as transformações societárias, podemos afirmar com certeza que a família, como sujeito dessa história construída socialmente, vivenciou toda adversidade do sistema capitalista.

2.1 Os novos arranjos, a família contemporânea!

Ao se discutir família, não se pode apenas pensar no modelo nuclear patriarcal histórico, pois ela vem construindo novas relações e vem se modificando paralelamente às transformações vivenciadas pela sociedade. As transformações no mundo interferem e afetam a família em todos os âmbitos, particular e geral. Hoje em dia há diversificados arranjos familiares, ou seja, existem novas formas de constituir uma família dentro da sociedade. Os arranjos diferenciados podem se apresentar de diversas formas, renovando conceitos já estabelecidos pela sociedade, redefinindo, assim, os papéis de cada membro do grupo familiar. Conforme Ferrari & Kaloustian (2002, p.14), a família:

[...] da forma como vem se modificando e estruturando nos últimos tempos, impossibilita identificá-la como um modelo único ou ideal. Pelo contrário, ela se manifesta como um conjunto de trajetórias individuais que se expressam em arranjos diversificados e em espaços e organizações domiciliares peculiares.

Esses novos arranjos familiares podem variar suas combinações de diversas naturezas, ou seja, na sua composição e nas relações familiares estabelecidas. De acordo com Oliveira (2009, p.68), sua composição pode variar em:

[...] uniões consensuais de parceiros separados ou divorciados; uniões de pessoas do mesmo sexo; uniões de pessoas com filhos de outros casamentos; mães sozinhas com seus filhos, sendo cada um de um pai diferente; pais sozinhos com seus filhos; avós com os netos; e uma infinidade de formas a serem definidas, colocando-nos diante de uma nova família, diferenciada do clássico modelo de família nuclear.

As transformações advindas da modernização fizeram com que as relações e as representações de parentesco no interior das famílias se modificassem, causando novos arranjos. Nesses novos arranjos, os papéis de cada integrante da família estão misturados,

confusos, diferentemente do modelo tradicional no qual cada integrante tinha seu papel familiar já preestabelecido. Assim como a sociedade e a família, as pessoas também estão passando por um processo de transformação no seu jeito de pensar, de viver, de questionar, devido às variadas formas de organização, crenças e valores.

As famílias atuais apresentam denominações variadas como: “família reestruturada, reconstituída, reorganizada, nova família”. Mas não há um novo conceito para família, pois dentro dela existem diversas formas de configurações. Tais configurações estão muito presentes no cotidiano das pessoas, não podendo, assim, serem negadas. Sobre as famílias contemporâneas, Oliveira (2009, p.70) nos diz:

As temáticas sobre a família contemporânea podem nos levar por diferentes realidades em transformações, e por questões complexas, pois geralmente temos uma família ou um modelo familiar internalizado. Esta intimidade do conceito de família pode causar confusão entre as famílias com as quais pesquisamos e nossas próprias concepções sobre a configuração familiar.

E necessário mudar a maneira de enxergar essa nova família, pois ela reflete diretamente na sociedade, tanto na forma de se viver em família, como nas relações estabelecidas dentro e fora dela. Sendo o cotidiano familiar carregado de subjetividade, muitas pessoas buscam compreender essas transformações em seu interior. Szymanski (2002, p.10) assim se manifesta:

O ponto de partida é o olhar para esse agrupamento humano como um núcleo em torno do qual as pessoas se unem, primordialmente, por razões afetivas dentro de um projeto de vida em comum, em que compartilham um cotidiano, e, no decorrer das trocas intersubjetivas, transmitem tradições, planejam seu futuro, acolhem-se atendem aos idosos, formam crianças e adolescentes.

Para compreender a estrutura familiar na sociedade contemporânea, é premente levar em consideração a questão histórica, seu cotidiano e sua estrutura organizacional. Porém, essa estrutura não significa necessariamente como se dá a relação familiar, pois, com a mesma estrutura, famílias diferentes podem se relacionar de formas distintas, dependendo do contexto, da sociedade e da cultura em que estão inseridas. As mudanças na sociedade também afetam diretamente a dinâmica familiar na sua composição, história e condições socioeconômicas. Houve um alargamento no conceito família através da Constituição de 1988, que, em seu Art. 26. § 4º, reconheceu como entidade familiar a família constituída por

um dos pais e seus filhos, a chamada Família Monoparental, ou seja, somente com a presença de um genitor que será responsável pelo sustento, educação e criação dos filhos.

Já a família moderna mudou, deixou de ser algo padrão, no qual tínhamos o pai como chefe do lar, a mãe como dona do lar, possuindo a obrigação de cuidar da casa e dos filhos e, por último, os filhos, que seriam os descendentes. Como exemplo, temos as famílias homoafetivas, formadas por pessoas do mesmo sexo, que também são uma configuração familiar, devendo ser respeitadas como as demais. A família homossexual ainda busca um reconhecimento na sociedade frente à cultura da família nuclear (monoparentais) que ainda é muito forte. Contudo, tanto a família homossexual como outras contemporâneas, como as famílias recompostas, ou seja, possuem membros adotados na composição do grupo familiar.

Um dos maiores empecilhos que a família homoparental vivencia é o preconceito em relação à influência que uma criança poderia sofrer sendo criada por dois pais ou duas mães. Ora, é um olhar enviesado de sociedade de que a identidade da criança seria prejudicada. Contudo, o que se percebe é que este discurso utilizado para impedir inclusive a adoção de filhos por casais homossexuais é fruto de falta de informação e do senso comum de que o ideal de família é aquele formado por um homem e uma mulher. Logo, trata-se de um tema tabu em nossa sociedade, aliás, típico de países em que impera o julgamento religioso e patriarcal que baliza a moralidade das/nas famílias. Muito diferente do Brasil, países como Holanda, Dinamarca, entre outros europeus e até os Estados Unidos, que também são um país de forte intolerância por parte dos grupos fundamentalistas religiosos, estão conseguindo avanços a passos largos no que diz respeito aos direitos das famílias homoparentais. Segundo Giddens (1993, p.60), entre as mudanças que ocorrem no mundo,

[...] nenhuma é mais importante do que aquelas que acontecem em nossas vidas pessoais, na sexualidade, nos relacionamentos, no casamento e na família. É uma revolução que avança de uma maneira desigual em diferentes regiões e culturas, encontrando muitas resistências. Como ocorre com outros aspectos no mundo em descontrole, não sabemos ao certo qual virá a ser a relação entre vantagens e problemas. Sob certos aspectos estas são as transformações mais difíceis e perturbadoras de todas.

A despeito de o modelo tradicional da família ter dado espaço a outros modelos, ainda carregamos vestígios do modelo patriarcal. As famílias contemporâneas podem ser

constituídas por pai, mãe, filho, sobrinho, neto, dentre outros, sem um número de integrantes determinados. Como as famílias mudaram, é necessário repensá-la, reaprender seu significado, entender que ela possui suas especificidades e complexidades.

Entendendo melhor a família e suas transformações historicamente construídas, percebe-se que essa instituição possui papel decisivo na educação formal e informal, pois, além de refletir os problemas da sociedade, absorve valores éticos, humanitários e aprofunda os laços de solidariedade. Dessa forma, a participação da família na vida escolar de seus filhos é indispensável para um melhor desempenho escolar. Portanto, família é aqui definida como uma instituição histórica, socialmente construída, que vem sofrendo mudanças e transformações ao longo do tempo. Desse modo, adquire um papel importante na vida escolar de seus filhos, que não pode ser desconsiderado. Um bom relacionamento entre escola e família se torna essencial para que haja um desenvolvimento integral da criança no processo de aprendizagem. Assim, o próximo capítulo falará sobre a escola, a segunda instituição com que a criança tem contato

3. A PESQUISA/REVISÃO BIBLIOGRÁFICA: UMA IMPORTANTE FERRAMENTA INVESTIGATIVA.

A busca pelo entendimento do conceito de família e sua relação com o conceito de escola pode ser classificado como uma pesquisa bibliográfica ou como uma revisão bibliográfica no que diz respeito ao método utilizado. De acordo com Gil (2016, p.29):

A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Todavia, em virtude da disseminação de novos formatos de informação, estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como o material disponibilizado pela internet.

Desse modo, o movimento de pesquisa possível foi o de buscar capturar os conceitos e as informações já elaborados sobre família, a fim de compreender a evolução dessa instituição no tempo histórico, tendo em vista que, ainda de acordo com Gil (2016, p.30):

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que

aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço (...) A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações não há outra maneira de conhecer os fatos passados se não com base em dados bibliográficos.

Por isso, podemos dizer, que uma das características principais do esforço bibliográfico sobre determinado assunto é a historicização que, tentamos nos ater nesse artigo, trata-se de um procedimento característico das Ciências Humanas que ajuda pesquisadores a descortinar dúvidas, questões, gêneses históricas, determinações etc.

4. A ESCOLA: BREVES ANOTAÇÕES SOBRE A RELAÇÃO DE ENCONTROS E DESENCONTROS COM A FAMÍLIA.

A escola é um espaço que possui um contexto diversificado para o desenvolvimento e para a aprendizagem da criança, ou seja, um ambiente que reúne uma diversidade de conhecimentos, atividades, valores e regras. Como todo espaço, também possui seus problemas e conflitos.

68

O ambiente escolar envolve um grupo de pessoas muito diversificado, com características distintas, que possibilita inúmeras interações contínuas e complexas, possibilitando o desenvolvimento integral da criança, pois é um espaço que proporciona todos os aspectos necessários para o desenvolvimento humano, como: físico, psicológico, social e cultural, mediante as atividades realizadas dentro e fora da sala de aula.

Por se tratar de um ambiente multicultural a escola também abrange e proporciona a construção de laços afetivos e prepara o futuro das crianças para a sociedade. Assim, o ambiente escolar se torna fundamental para o sujeito e sua constituição, para a constituição subjetiva do sujeito enquanto cidadão pertencente a um coletivo, processo que ocorre por meio de reconhecimento de códigos e valores socialmente repassados pela escola.

Todavia, existe um lado da escola de manutenção e conservação social daquilo que existe de mais precioso na sociedade, ou seja, as regras, as normas, os costumes, os valores, os comportamentos. Ao fazê-lo, ainda perpetua a desigualdade social já que essa instituição histórica reproduz os valores de uma classe dominante e, pelo fato da escola receber uma

diversidade de culturas e realidades familiares, a família que estiver mais próxima dos valores escolares levará vantagem na corrida do ensino aprendizagem condicionando ao tão almejado “sucesso escolar”. Nesse sentido, ao se falar da instituição escolar, não se pode falar apenas do indivíduo aluno enquanto responsável pela sua trajetória e, tampouco culpabilizar a família, muito pelo contrário, pois a escola é um local que, por detrás da defesa dos ideais democráticos, protege os privilégios culturais e de classe na nossa sociedade. Bourdieu (1998, p.53) aponta que:

Com efeito, para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais. Em outras palavras, tratando todos os educandos, por mais desiguais que sejam eles de fato, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar é levado a dar sua sanção às desigualdades iniciais diante da cultura.

Logo, há de se desconfiar da prática/pauta formalizante que a escola ainda tende a imprimir nos alunos e que, muitas das vezes, é destoante da cultura familiar, principalmente de uma cultura popular que sabemos ser considerada de menor valor por uma cultura elitizada, dita da “nobreza”, “científica”. A escola, quando se vale dessa cultura elitizada, cientificista tende a enrijecer os instrumentos pedagógicos para que a indumentária, o comportamento, o linguajar se tornem condizentes com a perspectiva padronizada escolar.

A escola, junto com o grupo familiar, exerce influência no desenvolvimento e nas aprendizagens da criança, afinal, depois da comunidade familiar é hora de frequentar a comunidade escolar. No entanto, como segunda instância, a escola oferece um grau de socialização de um universo de maior regalismo. Na escola, a criança passa a conviver e a se relacionar com outras crianças, experimenta e vivencia um ambiente novo, com novas regras, novos conceitos educativos. A instituição escolar proporciona um contato com o conhecimento sistematizado, capaz de provocar transformações no processo de desenvolvimento e de formação do sujeito. É um lugar para formar pessoas.

Ao longo dos anos, o papel da escola foi se modificando, acompanhando as mudanças e as necessidades da sociedade. Sua influência deve ser compreendida paralelamente à sua evolução histórica, vez que, inicialmente, surgiu como uma instituição destinada a instruir os

educandos das classes privilegiadas, a elite. Essa forma restrita de se conceber a educação prevaleceu por um longo período.

Com a modernização da sociedade capitalista, e, no Brasil mais especificamente, com a democratização escolar anos 60/70, os mais pobres passam de forma sistemática a frequentar as carteiras escolares, este período, conhecido como escolanovismo escolar tendeu a esvaziar os conteúdos da escola tirando a possibilidade desta classe de compreender a realidade social de forma crítica e reflexiva, ou seja, na medida em que se popularizou o ensino, precarizou-se o seu caráter formativo e quem passou a sofrer mais com esse panorama foi o filho das famílias pobres.

A escola é um espaço que deve ser encarado como um direito para o desenvolvimento e aprendizagem que precisa envolver todas as experiências do educando, considerando tudo como significativo, como os padrões relacionais, aspectos culturais, cognitivos, afetivos, sociais e históricos, que fazem parte da realidade da criança e, igualmente, a escola deve oferecer um ensino que envolva a *práxis* em seu ensinar. Lembrando que, Vasquez (1968, p.165) distingue alguns tipos de *práxis* e uma delas é a *práxis* política que, segundo ele: “enquanto atividade prática transformadora alcança sua forma mais alta na *práxis* revolucionária”.

70

Logo, ‘é uma *práxis* social que pode reverter discriminações no cotidiano escolar já que a educação é um ato político de um agir em prol de um currículo que inclui as diferenças sejam elas de gênero, de classe, de raça, de anatomia, etc. Ou seja, a escola democrática, de todos, tem por obrigação o reconhecimento das diferenças culturais, de classe, de raça, de gênero, de sexualidade e direcionar as atividades com intencionalidades de reconhecimento do universo familiar e da criança. O direito à educação de qualidade e igualdade de condições de entrada e permanência ainda é um grande desafio, mesmo que tais questões estejam asseguradas pela Lei nº 9.394/90 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), bem como a lei 10.639 que vai tratar do ensino da História da África e relações étnico-raciais e a resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE, Nº 1 de 2006), que diz que as atividades docentes devem: “demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais,

classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras”. (p.2). Nessa perspectiva, a escola é colocada como um dos locais privilegiados de se combater a exclusão que, não é apenas da criança, mas sim, da família também.

4.1 Quando a escola se distancia da família.

Como esta pesquisa trata-se de uma revisão bibliográfica sobre os sujeitos envolvidos na relação entre escola e família, e, mesmo que os representantes desta relação sejam o professor e o aluno, julgamos importante também compreender como a comunidade escolar, de modo geral, enxerga os sujeitos da família popular, tendo em vista que somos um país desigual em distribuição de renda. Por isso, em uma pesquisa quantitativa realizada por Rossi e Burgos (2014), sobre a percepção das famílias populares em relação às escolas, aos gestores, professores, é possível perceber que os pais, ao contrário do que se imagina como um senso comum de professores e gestores, possuem interesse pelos estudos dos filhos. Admitem que gostariam de ter tido a oportunidade de estudar mais, aumentando, assim, a chance de ter sua realidade modificada através do estudo e, por isso mesmo, investem toda a expectativa na educação dos filhos, ou seja, dos herdeiros.

71

É claro que o alto índice de atribuição de valor para a educação dos filhos advém de um grau elevado de envolvimento que essas famílias possuem com o universo escolar do filho. Segundo a pesquisa, para as famílias de classe popular, a única instituição que rivaliza com a importância da escola é a igreja. Além disso, para esses pais, as escolas públicas deveriam ser mais exigentes quanto ao ensino ofertado. Para eles, a escola privada tende a ser mais enérgica com a educação ofertada, o que os leva a crer que a escola privada seja melhor que a escola pública.

Uma das informações mais importantes que os autores observaram foi a reação dos profissionais da educação ao receberem os dados quantitativos. Os profissionais escolares tenderam a imprimir uma reação de dúvida e incredulidade para com tais dados, como se houvesse uma verdade cristalizada que se quebrara com o que foi capturado das entrevistas, verdade, aliás, difícil de “abrir mão” já que, com o tempo, professores, gestores passam a

enxergar a desigualdade escolar como sendo algo natural e não um produto socioeconômico e cultural. A respeito disso, de acordo com Rossi e Burgos (2014, p. 59):

As rotinas profissionais, especialmente as que são experimentadas em um ambiente coletivo como é a escola, tendem a produzir imagens e interpretações que costumam ser exaustivamente repetidas, e que com isso podem se transformar em verdades não discutidas. Apesar de espontaneamente formadas, a partir da vivência individual na atividade coletiva, tais verdades podem muitas vezes representar uma determinada posição de poder, socialmente sustentada por grupos que detém algum grau de controle sobre esse processo.

Nesse sentido, a escola e seus profissionais tendem a premiar aqueles que estão em coesão com os princípios morais, educativos e culturais e punir os que não estão.

Como já dissemos esse olhar pedagógico que classifica os alunos enquanto “dotados” e “não dotados” produz a exclusão de alunos e seus familiares e revela a expectativa de uma transmissão cultural que Bourdieu (1998) aponta como sendo uma distinção escolar atrelada à distinção social. Assim, a escola ainda tende a enxergar que algumas famílias têm maiores condições de exercer o papel de educadores por sua condição econômica. Daí, o que comumente se chama de família estruturada teria a capacidade de transmitir valores e uma tradição familiar de disciplinamento que a família pobre, tida como desestruturada, não conseguiria transmitir.

72

Contudo, a escola se esquece de que é nela que o aluno pode encontrar o incentivo para romper com um ciclo de defasagem cultural ou mesmo educativo. A escola, ao desconsiderar seu papel ou utilizar o discurso de classificação das famílias cotidianamente, produzirá certamente um distanciamento não só com a família, mas com a criança que não irá enxergar, no ambiente escolar, um aporte para o futuro.

A escola e a família, mesmo as famílias menos abastardas transmitem algum tipo de saber a seus filhos. Trata-se de inculcar modos de comportamento, de pensamento, de manutenção de regras e normas, condições para que se perpetue um *habitus* (BOURDIEU, 2009) de dominação cultural e econômica. Como *habitus* são estruturas pertencentes a determinados grupos, um aluno filho de família pobre tende a levar para a escola o *habitus* familiar que lhe é característico, imputado no seu meio de vivência.

Assim, o *habitus* tende a engendrar todo o modo de vida de um sujeito daquele meio social, o que pode acarretar uma consonância com o ambiente escolar ou não. Por isso, é comum o estranhamento das crianças vindas das classes populares que se dá na chegada a esse novo universo que é a escola. O aluno oriundo de família menos abastada tende a ter mais dificuldade de reconhecer as regras e normas escolares do que o aluno oriundo de família abastada busca, ou seja, a corrida para o “sucesso escolar” começa em compreender as regras que existem e como fazer para se adaptar ou mesmo tirar proveito delas. Do mesmo modo, é comum que a escola, que não compreende essa diferença de realidade, de ambiente, culpabilize os pais pela conduta indisciplinada do aluno ou pelos hábitos de higiene, de comportamento, de vestimenta etc. Por isso, a pesquisa de Rossi e Burgos (2014) se torna tão interessante na medida em que apresenta dados quantitativos e qualitativos de como a escola, detentora de um modo de engendrar uma determinada realidade, julga e classifica aquilo que, para ela, é um ambiente desestruturado, difícil de lidar, complicado de se relacionar.

Esse fato parece ser o que Bourdieu (2009, p.89) chama de *habitus* de classe, aquilo que o indivíduo leva para outros espaços coletivos como sendo sua identidade de grupo, no caso, o filho de uma família de camada popular levará para a escola o seu modo de ver, agir e se comportar do grupo do qual advém. Assim, sendo um indivíduo singular, carregará uma identidade grupal que pode se tornar uma moeda valorada ou não pelo ambiente escolar. Como aponta o autor:

Para definir as relações entre o *habitus* de classe e o *habitus* individual (indissociável da individualidade orgânica imediatamente dada à percepção imediata – *intuitus personae* – e socialmente designada e reconhecida – nome próprio, pessoa jurídica etc.) poder-se-ia considerar o *habitus* de classe (ou de grupo), isto é, o *habitus* individual na medida em que exprime ou reflete a classe (ou o grupo) como um sistema subjetivo, mas não individual de estruturas interiorizadas, esquemas comuns de percepção, de concepção e de ação, que constituem a condição de toda objetivação e de toda a percepção, e fundar a concertação objetiva das práticas e a unidade da visão do mundo na impersonalidade e na substituíbilidade perfeitas das práticas e das visões singulares.

Por isso, a relação entre escola e família nem sempre é harmônica. A escola não enxerga na família uma extensão de seu *habitus* e a família não reconhece na escola uma parceira na educação do filho, considerando-a, por vezes, até como uma instituição rival ou apenas como um espaço de frequência obrigatória. A pesquisa de Rossi e Burgos (2014)

apontou que, na relação entre escola e família, é a escola a que mais produz uma classificação negativa em relação à família, considerando-a desconstrutora do trabalho escolar.

4.2 A violência e o medo como elemento do cotidiano escolar.

Nas últimas décadas, podemos afirmar que, no Brasil, um fenômeno tem crescido assustadoramente: a violência contra professores por pais e alunos, que tem sido cada vez mais destaque nas mídias televisivas e online. O Brasil traz consigo um infeliz recorde que é o país que mais viola os direitos físicos e psicológicos de professores no mundo.³

Um dado que nos envergonha e mostra que professoras como a catarinense Marcia Friggi, recentemente agredida e tendo tido seu caso visibilizado pelas redes sociais, está entre os números. Em que pese o fato de não haver ainda um diagnóstico consolidado sobre a questão, o caso ocorrido com a professora retrata o grave problema que a educação vive no contexto atual. Além deste caso, outro destaque midiático foi o do professor de português de Rio das Ostras, Thiago dos Santos Conceição⁴ que fora humilhado em sala de aula por alunos arremessando objetos contra o professor. Trata-se de casos que retratam a falência de um sistema diante de um fenômeno atual que é a violência escolar, isso, sem contar com o caso mais assombroso, o massacre na Escola Estadual Raul Brasil⁵ em Suzano, ocorrido no dia 13 de março deste ano.

As violências contra professores são diversas, desde físicas como psicológicas. Como se já não bastasse à violência salarial, o despreparo para lidar com questões de ordem diversas para além do ato de ensinar e a pressão por resultados, que são elementos históricos da carreira docente, agora, esse profissional precisa lidar com a violência que literalmente, ganhou protagonismo em sala de aula.

Não raro, a própria cultura da escola acaba por fomentar tal violência. Fazendo uso da forma ainda tradicional de vigilância e punição, sem buscar compreender os motivos da

³ <https://g1.globo.com/educacao/noticia/brasil-e-1-no-ranking-da-violencia-contra-professores-entenda-os-dados-e-o-que-se-sabe-sobre-o-tema.ghml> acesso em 04 de Nov de 2017.

⁴ <https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2018/09/21/caso-de-professor-humilhado-no-rj-exemplifica-naturalizacao-da-violencia-em-sala-de-aula-diz-especialista.ghml>

⁵ <https://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2019/03/13/tiros-deixam-feridos-em-escola-de-suzano.ghml>

indisciplina, que, é produto da própria escola, dessa estrutura opressora, a instituição escolar acaba por facilitar que o clima de ódio e retaliação se instale dentro das salas de aula. Nesse contexto, o aluno é tão vítima quanto o professor e ambos entram em um ciclo de violências que pode ter graves consequências.

É sempre bom lembrar que com a massificação da escola pública nas décadas de 60/70, a escola deixou de abarcar um público elitizado e passou a ter de “lidar” com a diversidade social e econômica, especificamente, a camada popular, e, vozes ainda conservadores tendem a rotular essa escola pública atual como sendo de baixa qualidade, uma forma de desclassificação perante a mudança de público, segundo Hoffman (2018, p.21):

Qualquer referência saudosista a um ensino de qualidade significa, automaticamente, a manutenção de uma concepção elitista do aluno ingressante em qualquer escola. Ou seja, significa negar a pluralidade do “jeito de viver” dos nossos alunos e limitar nossa ação pedagógica no sentido de compreensão dessas realidades.

Além disso, Paro (2018) afirma que o raciocínio que aponta para a “boa” escola pública de ontem, assim como as “boas” escolas particulares atuais, podia dar-se ao luxo de ser incompetente, ao passo que as de hoje não. O autor vai enfatizar que além do caráter elitista, a escola pública de ontem oferecia o ensino bancário e, aprendiam este ensino, porém, isso nada tinha que ver com educação integral enquanto um ideal democrático. Contudo, os que ingressavam nessas escolas “boas” tinham conteúdos que os faziam galgar patamares almejados pelos pais e posição econômica, diferente daqueles que não tinham essa posição econômica e que por vezes eram reprovados, excluídos precocemente da “boa” escola. Paro (2018, p.49) diz que:

O mesmo se pode dizer das “boas” escolas privadas atuais, que fazem sua (“boa”) reputação à custa da “excelência” de seus alunos, porque seu ensino continua tão tradicional quanto antes. Mas as crianças da escola pública de hoje (das camadas pobres da população), diferentemente das de ontem, precisam de escola que as ensinem a ler e a escrever; e a muito mais.

A síndrome do aluno desestruturado e de família desestruturada parecem ainda permear nos tempos atuais o imaginário sobre o fenômeno da violência escolar e indisciplina, rótulos que permanecem no imaginário de educadores e até dos alunos, subjetivados de tanto ouvirem falar. Indício de uma escola não educadora, pois, isso se relaciona com certeza ao papel educador da escola que, não pode realizar um trabalho transformador se não contar com

a iniciativa dos pais, adesão destes. Ações que podem beneficiar não apenas os alunos, mas, os pais e a escola também.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Para compreender a relação família escola, é preciso pensar sobre os desdobramentos políticos, econômicos, socioculturais familiares, valores que compõem cada grupo familiar que frequenta a escola, pensar como a internet, a crise financeira, as mudanças nos postos de trabalhos e os novos padrões de consumo impactam esses grupos familiares a ponto de fazer com que novos projetos, novos significados ou, o reforço de antigas representações sobre a escola ocorram.

A escola, nessa relação, parece flutuar no paradoxal contexto que mescla críticas e elogios. Não é difícil compreender, pela literatura realizada, que a escola, ao mesmo tempo em que julga os padrões familiares, o *habitus* de família, sobretudo das classes populares, também vive por vezes à mercê do protagonismo familiar que tende a invadir o espaço público escolar e ditar seus desejos que interpelam o pedagógico escolarizado. Seria o retrato crítico que temos de uma escola que tem dificuldade de democratizar seu espaço pedagógico ao mesmo tempo em que sofre com a intimidação dos pais ou mesmo com o seu afastamento.

Outra questão é o papel do Estado nesta relação de escola e família. Já que a escola é uma instituição que cabe ao Estado ofertar e gerir, ele não teria papel fundamental nessa relação? Assim, para que se efetivasse uma real melhoria da qualidade da educação ofertada, que, poderia, inclusive, também sanar alguns desses conflitos e problemáticas apresentadas, é preciso um real interesse do Estado em priorizar a educação, e, mais do que isso, priorizar as políticas públicas para sanar o problema da desigualdade social brasileira, programas como o Bolsa Família é um dos exemplos exitosos. Contudo, vivemos agora em “tempos sombrios” de um cenário político que mais parece uma área movediça em que a garantia e mesmo a expansão dessa e de outras possíveis políticas que poderiam ser pensadas estão sob um compasso de incertezas. Não há como combater a desigualdade escolar e a conflituosa relação

família e escola sem combater a desigualdade econômica e social que varre boa parte das famílias brasileiras para o papel de coadjuvante nos jogos da vida e escolares.

Como exemplos deste cenário sombrio, temos a atual reforma trabalhista e a eminente reforma da previdência, ambas tendem a empurrar mais pessoas de baixa renda para o limbo da miserabilidade, pois, as atuais reformas tendem a ser mais onerosas para os mais pobres que sofrerão abruptamente os impactos enquanto que para os mais ricos, estes terão os impactos amenizados já que a perda de poder aquisitivo será menor, fora que estes são historicamente, os empregadores. Trata-se de um cenário muito preocupante para a escola Pública que continuará recebendo os filhos dos trabalhadores, dos populares e terá que lidar com mais esse tenebroso cenário político e social de impacto familiar que certamente chegará até a escola nos exemplos de falta de alimentação digna em casa, falta de materiais escolares, precarização das vestimentas dos alunos, violência doméstica que também tem como um dos fatores a pobreza e que impacta na segurança da criança, evasão escolar para o trabalho, pois, certamente os jovens e até as crianças precisarão buscar ajudar em casa em diversos tipos de trabalhos informais entre outras situações preocupantes.

REFERÊNCIAS.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**/Philippe Ariès; tradução de Dona Flaksman. – 2º. ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BRASIL, Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de maio de 2006, Seção 1, p. 11.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. NOGUEIRA, Maria Alice Nogueira; Catani, Afrânio. (Orgs) Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Tradução: Maria Ferreira; revisão e tradução – Odaci Luiz Coradini – Petrópolis: Vozes, 2009.

BURGOS, Marcelo Baumann e ROSSI, Laura. **O valor da educação escolar para as famílias: confronto entre a percepção dos responsáveis e o senso comum escolar** In: BURGOS, Marcelo Baumann. (Org). A escola e o mundo do aluno: estudos sobre a

construção social do aluno e o papel institucional da escola. São Paulo: Garamond Universitária, 2014.

FERRARI, Mario. & KALOUSTIAN, Silvio Manoug. **A importância da família**. In: KALOUSTIAN, Silvio Manoug (Org.). Família brasileira: a base de tudo. São Paulo: Cortez: Brasília, DF: UNICEF, 2002.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade**: amor, sexo e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Ed. Unesp, 1993.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas 2010.

GIL. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2016.

HOFFMAN, Jussara. **Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. Editora mediação, 34ª edição, 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, Nayara Hakime Dutra de. **Recomeçar**: família, filhos e desafios [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 236 p. ISBN 978-85-7983-036-5.

PARO, Vitor. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. 2º Ed, São Paulo: Intermeios, 2018.

PAROLIM, Isabel. **As dificuldades de aprendizagem e as relações familiares**. Livro da 5ª Jornada de Educação do Norte e Nordeste. Fortaleza, 2003, p.91-99.

PORRECA, Wladimir. **Famílias recompostas**: casais católicos em segunda união. 2004. 135 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2004.

SZYMANSKI, Heloisa. **Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança**. In: Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 23, n.71, p.9-25, set. 2002.

VASQUEZ, Adolfo, Sanchez. **Filosofia da Práxis**. 2º edição. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1968.